



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB**  
**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**ANA BEATRIZ TAVARES GWYER DE AZEVEDO**

**MANUAL ORIENTATIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO DISTRITO FEDERAL: INTEGRAÇÃO ENTRE  
ASPECTOS TÉCNICO E SOCIAL**

**BRASÍLIA**

**2023**

**MANUAL ORIENTATIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO DISTRITO FEDERAL: INTEGRAÇÃO ENTRE  
ASPECTOS TÉCNICO E SOCIAL**

**Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria  
de Pós-Graduação e Pesquisa.**

**Orientação: Ludmila de Araujo Correia**

**BRASÍLIA**

**2023**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à professora orientadora Ludmila de Araujo Correia por seu inestimável apoio ao longo de toda a minha jornada na iniciação científica e na graduação. Também sou imensamente grata ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e ao Instituto Avaliação por me proporcionarem esta valiosa oportunidade e pelo constante suporte oferecido, que enriqueceu minha experiência de pesquisa. E, é claro, não posso deixar de reconhecer e agradecer minha família, cujo apoio constante foi essencial em cada momento dessa jornada.

## RESUMO

A pesquisa possui como objetivo principal facilitar a aplicação de diretrizes de desenho urbano em reassentamentos de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, tornando-a acessível tanto a profissionais que atuam na assessoria técnico-social quanto ao público em geral. Foram estudadas e sistematizadas diretrizes, organizadas em um manual orientativo diagramado de forma mais acessível possível para que pessoas com diversos níveis de conhecimento possam compreender o que está sendo proposto. Ademais, pretende-se contribuir para a qualificação das etapas de projeto urbano, em processos de reassentamentos.

**Palavras-chave:** manual orientativo, assessoria técnico-social, realocação de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
3. OBJETIVOS .....	10
4. MÉTODO.....	11
5. RESULTADOS .....	11
5.1. ANÁLISE DE CARTILHAS EXISTENTES .....	11
5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	18
5.3. Diretrizes .....	20
5.3.1. Detalhamento e revisão das diretrizes .....	20
5.3.2. Aplicação das diretrizes em um Estudo de Caso .....	32
5.3.3. Revisão final das diretrizes após as entrevistas.....	35
6. PROPOSTA DE CARTILHA.....	40
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
8. REFERÊNCIAS .....	42

## 1. INTRODUÇÃO

A acelerada e desigual expansão das cidades, especialmente nos últimos 50 anos, levou à criação de assentamentos em situação de vulnerabilidade socioambiental. Nessas localidades, vivem famílias pobres que não possuem condições financeiras nem o amparo necessário para se estabelecerem em um ambiente urbanizado e seguro. A temática da sustentabilidade, que inclui os aspectos ambientais e socioeconômicos, apesar de já estar presente em diversos âmbitos do conhecimento há alguns anos, muitas vezes está mais presente nos discursos do que na prática, sendo escassos os exemplos práticos para solucionar os problemas de famílias em assentamentos precários, por exemplo. A pesquisa procura sistematizar e apresentar, de forma acessível, orientações para um processo mais respeitoso e adequado para todos os envolvidos.

Deve-se olhar para a moradia como uma parte integrante de um todo, a cidade, como é citado pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, que vê “a casa como cidade, a cidade como casa”. É importante entender sua complexidade em meio ao desenho urbano que evolui constantemente como um organismo vivo (PINTO, 2013), e que deve se adaptar às imprevisibilidades cotidianas. Essa perspectiva, mais humanizada, pode ser entendida também em LEFÈBVRE:

O espaço é o resultado de uma história que deve se conceber como obras de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por impulsos sucessivos. De suas interações, de suas estratégias, sucesso e de derrotas, resultam as qualidades do espaço urbano. Se essa tese significa que a sociedade faz o espaço, tudo está ainda por explicar, em termos de tipo de determinação específica. Mas ela vai mais longe: ela indica que o espaço, como toda a sociedade, é obra sempre inédita desta liberdade de criação, que é o atributo do homem, e a expressão espontânea do seu desejo (LEFÈBVRE, 1999, p.28).

A habitação é o lar das pessoas, é um ambiente que irá agregar a personalidade de seu residente, é um direito para todos os cidadãos conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o Comentário Geral n. 04, de 12 de dezembro de 1991, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas – ONU, a moradia ultrapassa a barreira de ser apenas um abrigo contra as intempéries e sim, ser habitável que traga bem-estar com infraestrutura básica interna e externa que atenda às necessidades diárias. Por sua vez, o XXV n. 01 da Declaração Universal dos Direitos Humanos indica que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Em busca de contribuir com a efetivação dos direitos relacionados à moradia digna, elaboramos um estudo das melhores formas de implantação de reassentamentos, que se relacionem com o contexto do Distrito Federal (DF), agregando tanto o aspecto técnico quanto o social. Buscamos aplicar diretrizes de desenho urbano em uma localidade do DF, identificada como inadequada técnico-socialmente no processo de realocação, demonstrando de forma prática como as diretrizes poderiam ter sido implementadas. Aliadas aos estudos técnicos,

foram realizadas entrevistas e observação do contexto social, visando a elaboração de um manual em linguagem acessível, que possa atender tanto à comunidade, quanto aos profissionais e gestores públicos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar de ser um direito constitucional, nem todos têm acesso à moradia digna. Isso faz com que uma parcela da população viva em assentamentos precários e informais, por impossibilidade de residir em uma localidade mais favorável. Segundo um levantamento realizado por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e da RedODSAL, por volta de 25% da população residentes em metrópoles no Brasil se encontra atualmente em estado de vulnerabilidade social, dado próximo do período da pandemia da COVID-19 que foi de 29,7%.

Contudo, sabemos que a ocupação humana muitas vezes degrada o meio ambiente em que está inserida, com a derrubada da vegetação nativa em detrimento das construções de suas moradias, gerando uma perturbação da ordem natural do ecossistema do local que afeta a fauna e flora. No caso da população mais pobre, essas moradias são improvisadas normalmente em madeirite, autoconstruídas, com infraestrutura urbana e instalações precárias que podem modificar a composição do solo e impactar os lençóis freáticos, com descarga de dejetos ou demais composições tóxicas. Visando expressar o grau de exclusão e vulnerabilidade social de uma população, o Índice de Vulnerabilidade Social é calculado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE. É formado por dezesseis indicadores subdivididos em três dimensões, representadas em mapas do ano de 2021 disponibilizadas na plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social (<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>), que são:

- A. Infraestrutura urbana: coleta de lixo, tempo de deslocamento da habitação até o trabalho e esgoto e água inadequados.

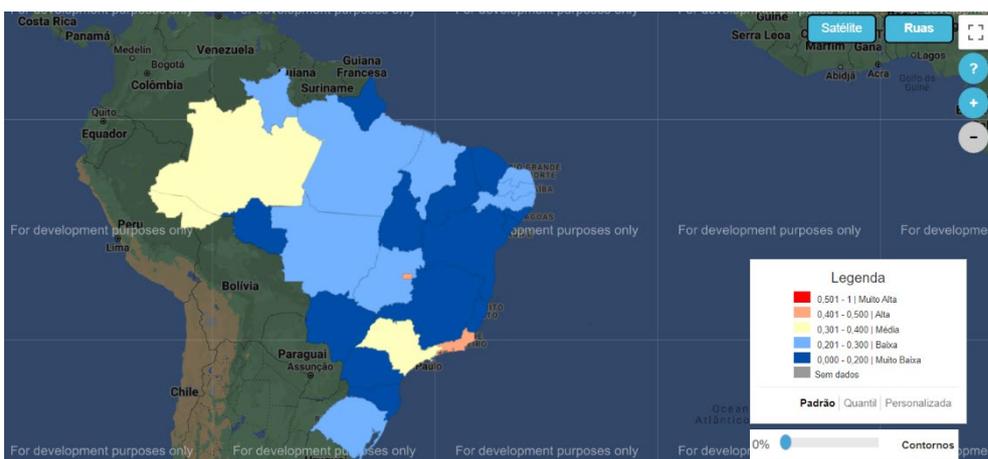


Figura 01 - Mapa da infraestrutura urbana no ano de 2021 no Brasil

Fonte: IPEA, 2021

- B. Capital humano: mortalidade infantil, crianças de 0 à 5 e 6 à 14 anos fora das escolas, analfabetismo, mães menores de idade, mães com escolaridade baixa,

crianças em domicílio em que ninguém possui o fundamental completo e os “Nem nem” nem trabalham e nem estudam.



Figura 02 - Mapa do Capital humano no ano de 2021 no Brasil

Fonte: IPEA, 2021

- C. Renda e trabalho: trabalho infantil, desocupação, renda menor ou igual à R\$ 255, ocupação informal sem ensino fundamental, renda baixa e ser dependente de idosos.



Figura 03 - Mapa da Renda e trabalho no ano de 2021 no Brasil

Fonte: IPEA, 2021

No IVS a faixa de vulnerabilidade social é classificada em muito baixa (0,0,200), baixa (0,200-0,300), média (0,300-0,400), alta (0,400-0,500) e muito alta (0,500-1), cálculo da média aritmética dos subíndices IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho. De acordo com a plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA, 2021), a proposta é levar o acesso à informação para toda a sociedade civil e profissionais tanto do índice de vulnerabilidade social quanto do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Entendemos que a arquitetura e o urbanismo possuem relação direta com o aspecto social, sendo fundamental pensar no melhor desenho urbano das cidades. Propostas de implantação de áreas habitacionais que proporcionem bem-estar individual e experiências coletivas contribuem na identidade própria dos locais, levando em conta que as estratégias

arquitetônicas são respostas ao local, à cultura, às pessoas. Logo, cada cidadão recebe o direito de usufruir de uma habitação que seja digna e respeitosa tanto as suas necessidades básicas quanto de um espaço que o conecte e insere-o na sociedade.

A Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), Lei Federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008, “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. No mesmo sentido, o artigo 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 trata a respeito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, criando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Os possíveis candidatos a serem beneficiados por essa lei são famílias com renda mensal de até três salários-mínimos, que habitam em áreas urbanas ou rurais. É previsto o suporte financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Este apoio pode ocorrer de duas maneiras, sendo *preventiva*, visando construir um novo pensamento e incentivando a autogestão e autoconstrução assistida; ou a *corretiva*, que visa melhorias de imóveis. Em cima disso, é possível perceber a gama de profissionais qualificados que são necessários desde o processo de análise do contexto da população, do seu acolhimento até a sua realocação em um ambiente adequado para comportá-lo, que requer a constante presença da própria população envolvida. A efetivação do trabalho técnico-social é uma obrigatoriedade dos municípios que exercem programas habitacionais vinculados à Política Nacional de Habitação alinhado pelo Ministério das Cidades.

Um exemplo é o Programa Moradia Digna, com operação realizada pela Caixa Econômica Federal, propõe viabilizar melhorias em unidades habitacionais para efetivar a salubridade, segurança padrões mínimos de edificação e acessibilidade, além de pensar na instalação de equipamentos de aquecimento solar e diminuir o consumo de água. O programa delimita condições em que são considerados com necessidade de melhoria habitacional o número de moradores por dormitório ser maior do que três pessoas, a carência de banheiro, a cobertura ser inapropriada para sua segurança e funcionalidade, a moradia estar bastante degradada ou o imóvel não estar concluído. Os critérios de qualificar as famílias beneficiadas no programa é possuir renda familiar mensal de até dois mil reais, ser maior de idade ou emancipado e que ele seja detentor do imóvel que sofrerá as devidas melhorias.

Segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional do Brasil foi estimado por volta de 5,5 milhões de domicílios nas áreas urbanas. Em contrapartida, cerca de 15,5 milhões de domicílios encontram-se em situação de vulnerabilidade. A figura a seguir foi realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB, 2010) e esquematiza programas habitacionais como Minha Casa, Minha vida em comparação à Assistência Técnica. Enquanto muitas vezes os programas governamentais se restringem a áreas distantes, desconectadas dos centros urbanos, a ATHIS pode atuar de modo pulverizado, atendendo às pessoas nas localidades em que vivem.

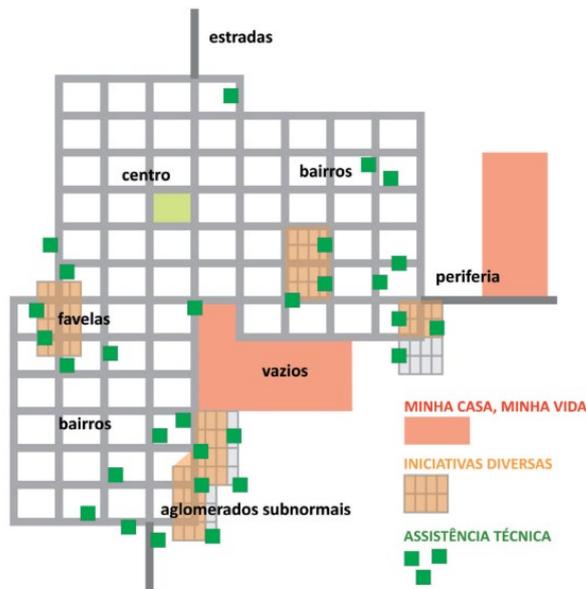


Figura 04 - Esquema dos programas habitacionais existentes e da proposta do IAB para a implementação da AT.

Fonte: Manual para a Implantação da Assistência Técnica do IAB

Tal proposta, que segue as premissas da Legislação sobre a assistência técnica, não pretende sobressair das demais iniciativas quanto à assistência técnico-social e sim, incorporar nas possibilidades de alternativas para trazer moradia digna a todos. Esse tipo de atendimento “evita que se criem novas demandas de abastecimento, de serviços e transporte, tendo em vista que o melhoramento da habitação é realizado onde ela já está, qualificando a moradia e reforçando as relações sociais existentes, exceto se as famílias estão localizadas em áreas de risco ou impróprias para ocupação residencial.” (IAB, 2010, p. )

O Ministério das Cidades (MCidades), mais propriamente a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), compilou em forma de manual um curso a distância de capacitação aos profissionais que ingressar no Trabalho social em programas de habitação de interesse social, segundo o MCidades “capacitar técnicos em Trabalho Social em projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de produção habitacional, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de acordo com as recentes inovações e atualizações introduzidas pela edição da Portaria no 21, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades”.

### 3. OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo principal apresentar um manual orientativo base para implantação de reassentamentos no Distrito Federal, agregando tanto o aspecto técnico quanto o social.

Pode-se listar como objetivos específicos:

- Aplicar as diretrizes de desenho urbano anteriormente definidas<sup>1</sup> em uma localidade do Distrito Federal, identificada como inadequada técnico-socialmente no processo de realocação;
- Elencar os aspectos técnicos e sociais considerados mais relevantes para diferentes públicos na implantação de reassentamentos;
- Elaborar um manual em linguagem acessível que possa atender tanto à comunidade, quanto aos profissionais e gestores públicos.

## **4. MÉTODO**

Como forma de se compreender as adequações necessárias para construção de cartilhas mais acessíveis aos diferentes públicos (gestores municipais, profissionais e comunidade), buscou-se compreender as especificidades de diferentes perfis de pessoas, coletando suas impressões.

A metodologia proposta para a pesquisa se deu inicialmente pela pesquisa bibliográfica. Posteriormente, foram desenvolvidos a aplicação de diretrizes e coleta de dados objetivos e subjetivos, tanto referentes ao lugar selecionado como Estudo de Caso, quanto a pessoas envolvidas em processos de reassentamento. As principais etapas desenvolvidas foram:

- A. Desenvolvimento preliminar de projeto em um Estudo de Caso, aplicando as diretrizes de desenho urbano anteriormente definidas, visando aprofundar a aplicabilidade de cada uma delas;
- B. Identificar as técnicas mais adequadas para realizar as entrevistas, questionários e/ou grupos focais com pessoas envolvidas em reassentamentos;
- C. Realizar a coleta de dados objetivos e subjetivos; Análise e tratamento dos dados;
- D. Revisão do projeto preliminar a partir da escuta das pessoas por meio das técnicas elencadas;
- E. Elaboração de diagramas que ilustram cada uma das etapas do processo de projeto;
- F. Construção do/s manual/is com linguagem acessível.

## **5. RESULTADOS**

### **5.1. ANÁLISE DE CARTILHAS EXISTENTES**

Durante o processo de construção da cartilha proposta para a pesquisa, foram separadas e analisadas cartilhas existentes com diferentes temáticas, com o intuito de elencar elementos diagramáticos e estruturas que pudessem agregar na realização do produto desta pesquisa. Segundo Collares (2011) a construção de uma cartilha serve como meio de comunicação, onde o conteúdo contido nela pode refletir na sociedade. Logo, a elaboração da cartilha foi

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida pela equipe em 2021-2022.

estruturada para que seja acessível aos mais variados públicos com diferentes níveis de conhecimentos, buscando trazer mais conhecimento para a sociedade como um todo de forma didática.

Nas figuras a seguir, apresentamos os pontos que identificamos como sendo mais interessantes no material analisado.

- Cartilha 01: Racismo não é mal-entendido. Racismo é crime!



Cores chamativas

Organização do sumário

Inclusão da epígrafe

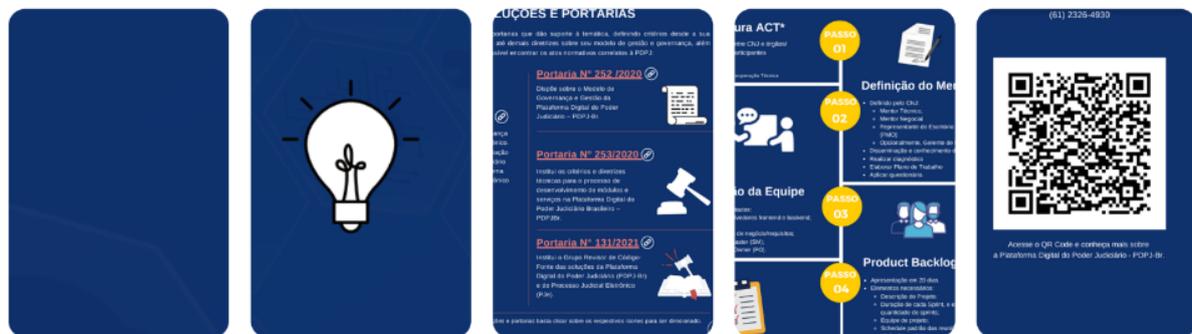
Inclusão deo agradecimentos

Subcapas dividindo cada parte

Figura 05 – Racismo não é mal-entendido. Racismo é crime!

Fonte: OAB

- Cartilha 02: Plataforma digital do poder judiciário



Core chamativa

Ícones ilustrativos

Informações resumidas + Links dentro da cartilha

Passo a passo + Tópicos

Qr code

Figura 06 – Plataforma digital do poder judiciário

Fonte: CNJ

- Cartilha 03: Cartilha da mulher



Paleta própria + destaque as informações mais importantes

Ícones ilustrativos + Sumário organizado

Estética mais descontraída + Links dentro da cartilha

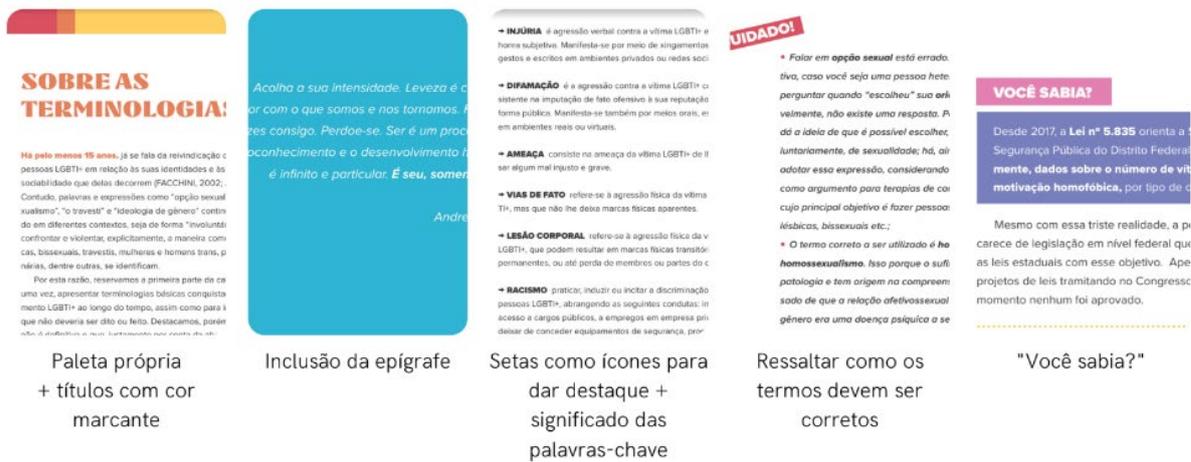
Perguntas gerais com respostas

Variação de apresentações textuais (não fica cansativo)

Figura 07 – Cartilha da mulher

Fonte: Siqueira Castro Advogados

- Cartilha 04: Direitos LGBTI+



Paleta própria + títulos com cor marcante

Inclusão da epígrafe

Setas como ícones para dar destaque + significado das palavras-chave

Ressaltar como os termos devem ser corretos

"Você sabia?"

Figura 08 – Direitos LGBTI+

Fonte: OAB

Cartilha 05: Égua, do Corona!



Figura 09 – Égua, do Corona!

Fonte: UEAP

Cartilha 06: Cartilha simplificada sobre regras para concursos públicos



Figura 10 – Cartilha simplificada sobre regras para concursos públicos

Fonte: OAB

**Cartilha 07: Cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação no poder judiciário de Santa Catarina**



Paleta própria

Títulos coloridos

Ícones ilustrativos

Imagem em diversas posições para quebrar o peso do texto + textos pequenos

Páginas com cores diferentes para cada assunto + diferença de cor e tamanho dos textos

**Figura 11 – Cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação no poder judiciário de Santa Catarina**

Fonte: Poder Judiciário de Santa Catarina

**Cartilha 08: Avaliação psicológica 2022**



Paleta própria + capa chamativa

Links dentro da cartilha

Bordas coloridas

Textos da mesma cor, mas com tonalidades diferentes para cada parte

Perguntas gerais com as respostas

**Figura 12 – Avaliação psicológica 2022**

Fonte: Conselho Federal de Psicologia

## Cartilha 09: Acoso moral y sexual



Figura 13 – Acoso moral y sexual

Fonte: OAB

## Cartilha 10: Como usar a linguagem simples

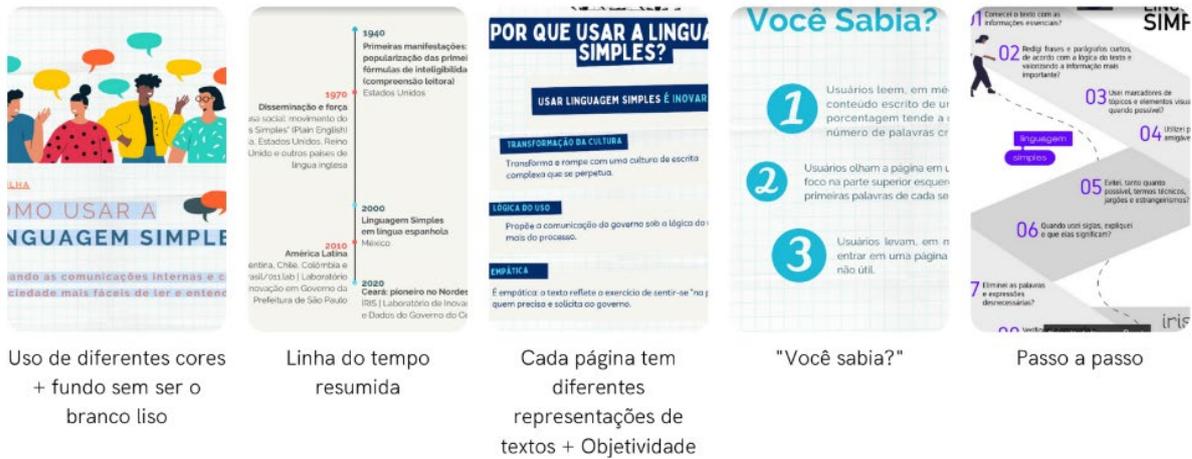


Figura 14 – Como usar a linguagem simples

Fonte: Governo do Estado do Ceará

## Cartilha 11: Operações de licitação e compras

**01** APRESENTAÇÃO  
**02** ATRIBUIÇÕES GERAIS  
**03** CONTEÚDOS PRINCIPAIS  
**04** REQUISICÃO  
**05** TERMO DE REFERÊNCIA  
**06** PLANEJAMENTO  
**07** ORÇAMENTO  
**08** PREGÃO  
**09** DISPENSA  
**10** INEXIGIBILIDADE  
**11** ADESAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
**12** TOMADA DE PREÇO  
**13** CONCORRÊNCIA  
**14** CONVITE  
**15** CONTATO

**COMPRA:** É toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. Lei 8.666/93

**LICITAÇÃO:** É um procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições pré estabelecidas em ato convocatório, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. Fonte: Tribunal de Contas da União - TCU

**SISREQ:** É o Sistema de Gerenciamento de Requisições, adotado pela Prefeitura e alguns campi para elaboração da requisição e registro dos orçamentos que estabelecem o preço médio.

**TERMO DE REFERÊNCIA:** É o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato. Decreto 3.585/04 e Decreto 3.458/05.

As solicitações de material de consumo, de permanente e de serviços, devem ser realizadas através do sistema SISREQ.  
<https://sisreq.fsuiteminas.edu.br>

Assista aos vídeos que irão te orientar a o requisição no SISREQ, clique no personagem abaixo:

As requisições devem em regra, 3 orçamentos pelo requisitante do ou serviço, conforme do pelo IN 05/2014 do

**REFERENCIAL**

**ESPECIFICAÇÃO MARCA:** Na descrição de se pode indicar marca. O que se pode fazer, é indicar modelo de referência, solicitando material superior qualidade. Ver exemplo incorreto abaixo:

**CANETA** estereográfica, lápis com tungstênio, ponta média (7mm transparente, orifício lateral, corpo sem de cor azul, escrita macia, tipo Compac

**CANETA** estereográfica, lápis com tungstênio, ponta média (7mm transparente, orifício lateral, corpo sem de cor azul, escrita macia, sendo de qu ou superior ao modelo de referência. C

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:** A ju parte da requisição em que o requisitante necessidade da aquisição ou contratação que est. É a oportunidade de relacionar a requisição aos órgão ou às diretrizes e metas estabelecidas p Desenvolvimento Institucional.

Figura 15 – Operações de licitação e compras

Fonte: Instituto Federal Sul de Minas Gerais

## Cartilha 12: Cartilha do consumidor

**DIREITOS**  
**CIDADANIA**  
**SOBERANIA**  
**ESCOLHAS**

O Código de Defesa do Consumidor foi criado em 1990, regulando as relações de consumo no Brasil e proteger o consumidor no hora produto ou contratar um serviço.

**Consumidor** - é a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza serviços como destinatário final.  
**Produtor** - é a pessoa física ou jurídica que desenvolve ativi

**ESCOLHA DO MODELO DO PRODUTO**  
 de escolher o produto ou serviço que podem obrigar o consumidor a adquirir mento de um produto ou serviço a out

**Publicidade Enganosa ou Abusiva**  
**Publicidade enganosa** é aquela em c algo, mas não cumpre o que anuncia.  
**Publicidade abusiva** é aquela que lev perigosa a sua saúde ou segurança.

**Vícios de Produtos ou Serviços**  
 Vício é tudo aquilo que torna o produt se destina.

**Prazo para Reclamar por Vícios Apri**  
 Garantia legal  
 A) 90 dias, para produto ou serviço du  
 B) 30 dias, em caso de produtos ou si

**Desistência de Compras - Direito de Arrej**  
 O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de assinatura ou do ato do recebimento do produto ou s contratação de fornecimento de produtos e serviços i estabelecimento comercial, especialmente por interm

**ATENÇÃO!** Quando o cliente se dirige à loja física e e ele não tem direito ao arrempenimento. Além, nesti a mesmo refletiu antes de comprar e teve contato dire

É importante observar que, mesmo depois deste praz arrempenimento, o consumidor tem direito à revisão o com o ressarcimento de danos quando comprovada i legalmente proibida por parte do vendedor ou forneci

**NUDECON**  
 NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E TUTE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE

Rua Sete de Setembro, 666, 9º andar

Porto Alegre/RS (51) 32

Anotações:

Figura 16 – Cartilha do consumidor

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

## Cartilha 13: Cartilha de orientação para gestantes para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19): aspecto de saúde física e mental

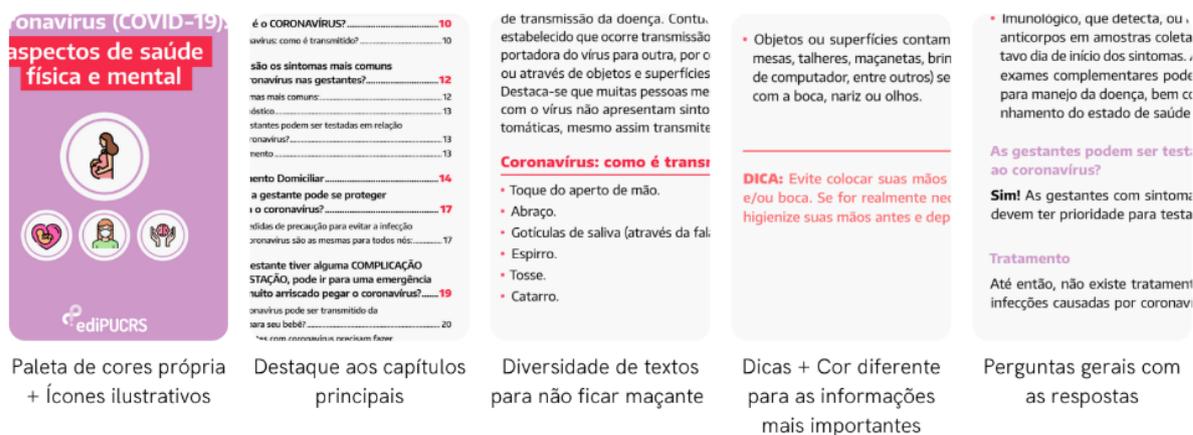


Figura 17 – Cartilha de orientação para gestantes

Fonte: ediPUCRS

## 5.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Durante o mês de Julho de 2023 foi realizada uma série de entrevistas in loco para análise da Quadra 209 do Sol Nascente, no qual foram entrevistados moradores da comunidade do “Morro do Sabão”, que anteriormente residiam no Parque Gatumé em Samambaia, quanto aos moradores da Quadra 209 do Sol Nascente, para onde algumas famílias foram realocadas. As duas comunidades foram entrevistadas, pois é necessário compreender tanto como se deu o processo de realocação de uma comunidade inteira para uma localidade nova, quanto da comunidade pré-existente que recebeu novos habitantes na região, alterando a dinâmica comunitária e entender o impacto para as ambas as partes.

O uso das entrevistas como instrumento de pesquisa para se ter uma coleta de dados mais subjetivos é fundamental para complementar a pesquisa bibliográfica. Assim, pudemos traçar um comparativo do que realmente foi colocado em prática na perspectiva de quem vivenciou o ocorrido, relatos de fatos e situações que não foram adicionados em relatórios ou documentos oficiais (MANZINI, 2004). Este instrumento de pesquisa, com objetivo de encontrar as respostas para as problemáticas encontradas (GIL, 2007), foi realizado seguindo uma estrutura de perguntas para que a compatibilização de respostas fosse mais bem aproveitada para a comparação dos dados coletados, contudo sem perder o fluxo natural da conversa.

Dentre as entrevistas realizadas, seis dos participantes são pessoas que fazem parte da comunidade do Morro do Sabão e uma participante é moradora da quadra 209 do Sol Nascente. A tabela abaixo ilustra o perfil das pessoas entrevistadas, a média da faixa etária é de 39 anos.

ENTREVISTADO	SEXO	GÊNERO	COR/RAÇA	IDADE
ENTREVISTADO 1	MASCULINO	HOMOSSEXUAL	PARDO	31 ANOS
ENTREVISTADO 2	FEMININO	CIS	NEGRA	50 ANOS
ENTREVISTADO 3	FEMININO	TRANSGÊNERO	PARDA	32 ANOS
ENTREVISTADO 4	FEMININO	CIS	PARDA	24 ANOS
ENTREVISTADO 5	FEMININO	CIS	NEGRA	22 ANOS
ENTREVISTADO 6	FEMININO	CIS	PARDA	47 ANOS
ENTREVISTADO 7	FEMININO	CIS	PARDA	64 ANOS

Figura 18 – Tabela das características dos entrevistados

Fonte: Próprio autor

A dinâmica da entrevista, para aqueles que se identificavam como membros da comunidade do Morro do Sabão, foi dividida em três partes, sendo a primeira nomeada como “Antes da realocação”, a segunda como “Durante a mudança para a quadra 209” e a última como “Após a mudança para a quadra 209”, subdivisões para que fosse compreendido todo o processo de realocação até o presente momento. Já para a participante entrevistada da quadra 209 do Sol Nascente, foi questionado o período anterior da sua mudança para a quadra e como era sua percepção quanto ao relacionamento dos antigos e novos moradores, após a inserção da comunidade do Morro do Sabão.

Na primeira parte das entrevistas, os envolvidos foram questionados quanto ao antigo local em que residiam, o Parque Gatumé em Samambaia/DF, em relação a como se sentiam naquele local, como era a segurança e se haviam postos policiais, como se constituem o estado das suas antigas habitações, sobre quais eram os serviços disponíveis na região e qual o estado da infraestrutura urbana e por fim, como era a disponibilidade dos transportes públicos no local.

De forma geral, os participantes relataram que o estado em que se encontravam era deplorável, suas habitações eram predominantemente em madeirite, para quem tinha condições melhores, ou em lona. Praticamente todas não possuíam infraestrutura elétrica e hidráulica. Além disso, relataram que não obtiveram suporte ao longo dos anos enquanto moravam no terreno. Todavia, houve um quesito em que diversos moradores relataram que era um ponto positivo, a presença de transporte público para o deslocamento casa-trabalho, tendo em vista a ocupação estar em área bem localizada.

Na segunda etapa das conversas, foi o momento em que se colocou em destaque o processo de realocação das famílias, majoritariamente se encontravam em situação de vulnerabilidade

socioambiental. Foi questionado se durante a realocação sentiram falta de algum tipo de atendimento/suporte, quanto a confortabilidade do processo, se todos foram informados sobre todas as etapas que iriam acontecer e se foi fornecido um local temporário para residirem. Em suma, durante a execução foram fornecidas as informações básicas sobre o andamento da atividade, contudo não foram oferecidos suportes adicionais como profissionais da área da saúde e habitação temporária para uma transição residencial mais confortável.

Ao final, ficou esclarecido que em relação à infraestrutura urbana e em habitação, a quadra 209 do Sol Nascente apresenta uma qualidade de vida melhor, contudo não houve suporte em relação ao levantamento estrutural das habitações, cada morador recebeu apenas seu lote. Foram alocados de acordo com a ordem alfabética, sem preocupação com o contexto de relações entre vizinhos, e tiveram que realizar a construção por conta própria. A respeito da parte hidráulica, banheiros coletivos para a comunidade, foi proposto como uma melhoria, todavia até o presente momento há apenas três banheiros instalados em lotes de famílias que vivem em situação mais precárias, com as portas que abrem para a rua e portanto não permitem privacidade. No que se refere ao transporte público, há um terminal rodoviário de em construção em frente à quadra, porém ainda não está em funcionamento, o que torna o deslocamento diário aos serviços gerais, lazer e trabalho mais difíceis. Uma das melhorias na região que poderiam ocorrer, segundo interesse da população, é a instalação de quebra-molas, pois a velocidade dos transportes nas vias é alta, trazendo maior insegurança tanto para os moradores quanto para suas famílias, crianças e animais.

### **5.3. Diretrizes**

Após a realização de pesquisa bibliográfica, trabalhamos nas diretrizes anteriormente elaboradas para uma análise crítica das mesmas. Com isso, fizemos o detalhamento e revisão de cada uma das diretrizes, verificando sua aplicabilidade ao estudo de caso em questão.

Apresentamos a seguir o resultado desta etapa da pesquisa.

#### *5.3.1. Detalhamento e revisão das diretrizes*

##### **ETAPA 01: DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS**

**Diretriz:** Mapeamento socioeconômico e habitacional.

**Descrição:** Identificação do quadro atual da comunidade e de cada indivíduo quanto aos quesitos econômico e social para que se tenha uma média de como está estruturada a comunidade para a futura reorganização sem que se destoe da realidade dos moradores e que não haja significativa mudança das relações sociais pré-existentes. Além disso, deve haver verificação qualitativa e quantitativa das residências, para isso necessitando contabilizar quantas pessoas residem no lote, localização do lote e o estado da habitação em si. Mapear a realidade socioeconômica e habitacional de uma região é essencial para compreender e intervir de forma eficaz nos desafios enfrentados pelas comunidades. Como

afirmou William Edwards Deming, 'Você não pode gerenciar o que não pode medir'. Além disso, como disse Peter Drucker, 'O que pode ser medido pode ser melhorado'. O mapeamento socioeconômico e habitacional proporciona um olhar detalhado sobre as condições de vida das pessoas, suas necessidades e vulnerabilidades, permitindo o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que promovam a equidade e o bem-estar social.

Ao realizar um mapeamento socioeconômico, busca-se coletar dados relevantes sobre a população, como renda, educação, acesso a serviços básicos, níveis de emprego e desigualdades existentes. Como salientou Mahatma Gandhi, "A estatística é como um lampião no poste que ilumina apenas o chão debaixo dele", ressaltando a importância de usar os dados para identificar áreas de maior vulnerabilidade, direcionar investimentos e direcionar programas de assistência social. Já o mapeamento habitacional permite visualizar a distribuição e qualidade das moradias em uma determinada região. Como defendeu a urbanista Jane Jacobs, "As cidades têm a capacidade de prover algo para todo mundo, apenas porque, e somente quando, são criadas por todos". Além de fornecer informações sobre o número de domicílios, tipos de habitações e sua infraestrutura, é possível identificar áreas com déficit habitacional, condições precárias de moradia e a existência de assentamentos informais. Essa compreensão é crucial para a implementação de políticas de habitação, urbanismo e desenvolvimento urbano, visando garantir o direito à moradia digna e o acesso adequado a serviços básicos.

Em síntese, o mapeamento socioeconômico e habitacional é uma ferramenta poderosa para promover a justiça social e a inclusão. Como disse Nelson Mandela, "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". Ao compreender profundamente a realidade das comunidades, é possível direcionar recursos e ações de forma efetiva, buscando a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável. Como citado por Deming, o conhecimento é a base para a gestão e a transformação positiva da sociedade. Seguindo as palavras de Drucker, o uso adequado das medidas pode levar a melhorias concretas e tangíveis na vida das pessoas.

**Responsável:** Prefeitura, assistente social, psicólogo, engenheiro, arquiteto, urbanista e sociedade civil.

**Exemplo:** Realização de mapeamento socioeconômico de famílias em situação de vulnerabilidade na cidade de Teixeira Freitas, Bahia pela prefeitura municipal da cidade juntamente com a Secretaria de Habitação.



Figura 19 - Mapeamento socioeconômico na cidade de Teixeira Freitas

Fonte: Prefeitura de Teixeira de Freitas

**Diretriz:** Diagnóstico de aspectos socioculturais e de convivência comunitária.

**Descrição:** Reconhecimento do comportamento da comunidade para verificar as ações coletivas que ela realiza no cotidiano e identificar as necessidades de espaços públicos que agreguem a comunidade, evitando que se perca o convívio comunitário já existente e proporcionando novas oportunidades de relações com espaços novos.

O diagnóstico dos aspectos socioculturais e da convivência comunitária é uma ferramenta imprescindível para compreender a realidade e os desafios enfrentados pelas comunidades. Como afirmou Paulo Freire, "O educador precisa se tornar um pesquisador crítico da realidade". Por meio desse diagnóstico aprofundado, é possível identificar demandas, potenciais e desigualdades, proporcionando a implementação de ações efetivas e inclusivas. Ao realizar o diagnóstico sociocultural, busca-se compreender a diversidade cultural, valores, crenças e práticas presentes em uma determinada comunidade. Como destacou Margaret Mead, "Não há problema humano que não possa ser resolvido se as pessoas estiverem dispostas a se ajudar mutuamente". Essa compreensão é essencial para valorizar a riqueza cultural e promover o respeito à diversidade, construindo relações de diálogo e troca entre os diferentes grupos presentes na comunidade.

Além disso, o diagnóstico da convivência comunitária permite identificar as dinâmicas de interação social, níveis de participação cidadã e a qualidade das relações entre os membros da comunidade. Como disse Mahatma Gandhi, "Um pequeno grupo de pessoas conscientes e comprometidas pode mudar o mundo". Essa análise permite identificar desafios, como a exclusão social, a violência e a falta de coesão, e promover estratégias de fortalecimento dos laços comunitários e de participação ativa, como defendido por Ivan Illich, "A convivência é o estilo de vida do futuro". O diagnóstico sociocultural e a convivência comunitária são a base essencial para a implementação de políticas e programas que visam ao desenvolvimento

humano integral e à construção de sociedades mais justas e equitativas. Como destacou Amartya Sen, "Desenvolvimento é liberdade".

Ao compreender profundamente as necessidades, aspirações e potencialidades das comunidades, é possível criar estratégias efetivas e promover a inclusão, como enfatizou Nelson Mandela, "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião". Em suma, o diagnóstico dos aspectos socioculturais e da convivência comunitária é uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento humano e social. Seguindo as palavras de Paulo Freire, Margaret Mead, Mahatma Gandhi e Ivan Illich, a análise crítica da realidade, o respeito à diversidade, a promoção da participação cidadã e o fortalecimento dos laços comunitários são elementos-chave para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

**Responsável:** Assistente social, psicólogo, antropólogo, sociólogo, engenheiro, arquiteto e urbanista.

**Exemplo:** Implementação de projeto comunitário, Praça Monte Serrat, para atender aos pedidos da comunidade em situação de vulnerabilidade social na cidade de Florianópolis. Projeto realizado entre a comunidade, a curadoria do Movimento Traços Urbanos e o Instituto Vilson Groh.



Figura 20 - Imagem ilustrativa do projeto Praça Monte Serrat

Fonte: Área Arquitetura & Design

## **ETAPA 02: ANÁLISE DO TERRENO**

**Diretriz:** Mapeamento e estudo de viabilidade dos possíveis lotes.

Descrição: Detectar primeiramente a região que melhor comporte as necessidades gerais da comunidade quanto a localização, proximidade com meios de transporte públicos e serviços, segurança para os moradores quanto para o ambiente receber as habitações para evitar

futuros desastres ambientais e espaço para todas as habitações como espaços públicos de convivência. Após a listagem, verificar, juntamente com a comunidade, as melhores opções e então, classificá-las em escala de prioridades.

O mapeamento e estudo de viabilidade dos possíveis lotes desempenham um papel essencial no planejamento e desenvolvimento de projetos imobiliários e urbanísticos. Essa etapa é crucial para tomar decisões informadas e otimizar os resultados alcançados. Ao realizar o mapeamento dos lotes, é importante obter informações precisas sobre sua localização, tamanho, topografia e infraestrutura disponível. Esses dados fornecem uma visão clara das características físicas e geográficas dos terrenos, permitindo identificar restrições ou oportunidades para o desenvolvimento. Ademais, o estudo de viabilidade avalia se os lotes atendem aos objetivos do projeto. São analisados fatores como legislação, zoneamento, acesso a serviços públicos, demanda de mercado e custos de infraestrutura. Essa análise é fundamental para determinar a viabilidade econômica e técnica dos lotes.

O mapeamento e estudo de viabilidade dos lotes proporcionam uma compreensão abrangente e embasada do potencial de desenvolvimento de uma área específica. Ao utilizar informações concretas e dados precisos, é possível tomar decisões estratégicas e maximizar o uso dos recursos disponíveis. Conclui-se que o mapeamento e estudo de viabilidade dos possíveis lotes são etapas necessárias para o sucesso de projetos imobiliários e urbanísticos. Ao tomar decisões embasadas em informações concretas, é possível otimizar os resultados e alcançar o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis.

**Responsável:** Prefeitura, assistente social, engenheiro, arquiteto, urbanista e sociedade civil.

**Exemplo:** Mapeamento dos possíveis lotes viáveis do Município Venâncio Aires no Rio Grande do Sul para fins residenciais do condomínio Terra do Chimarrão.



Figura 21 - Imagem ilustrativa do projeto urbanístico

Fonte: Estudo de viabilidade econômica e da implantação de condomínio horizontal de lotes para fins residenciais no Município de Venâncio Aires

**Diretriz:** Estudo ambiental do terreno.

**Descrição:** Definida a etapa anterior de mapeamento e estudo de viabilidade dos possíveis lotes, começa a ser estudado o terreno em si, averiguando mais a fundo como é o desempenho do solo e como as condicionantes afetam cada parte do terreno, em relação a iluminação natural, ventilação natural dos ventos predominantes, qualidade do solo para aceitar construção de habitações de forma segura e possíveis espaços de plantações como hortas e pomares e ademais, verificar se há passagem de água como nascentes e rios e observar a vegetação nativa, preservando ao máximo o habitat dos animais presentes e o meio ambiente.

O estudo ambiental do terreno desempenha um papel crucial na avaliação dos impactos ambientais e na compreensão da vulnerabilidade socioambiental de determinado empreendimento ou projeto. Conforme destacado por Furtado et al. (2018), "A avaliação ambiental permite identificar os potenciais efeitos ambientais adversos, estabelecendo medidas preventivas e corretivas para minimizá-los ou mitigá-los, especialmente em áreas vulneráveis". Na temática, é crucial realizar uma análise detalhada das características físicas, biológicas e socioeconômicas do terreno, considerando também a vulnerabilidade das comunidades afetadas. Como ressaltado por Silva et al. (2019), "A vulnerabilidade socioambiental envolve a interação entre as condições naturais e as vulnerabilidades sociais, evidenciando a exposição e a capacidade de resposta das comunidades aos riscos e impactos ambientais".

Durante o estudo ambiental do terreno, é fundamental identificar as áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, como assentamentos informais, populações de baixa renda, grupos étnicos ou tradicionais, além de avaliar os impactos potenciais que o empreendimento pode exercer sobre essas comunidades. Essa análise permitirá estabelecer medidas de proteção e mitigação adequadas para garantir a equidade social e a preservação do meio ambiente. Considerando a legislação ambiental vigente, as políticas de desenvolvimento sustentável e as diretrizes de inclusão social. Esses instrumentos são fundamentais para garantir a participação ativa das comunidades afetadas e para promover a justiça socioambiental.

Por fim, o estudo ambiental do terreno desempenha um papel fundamental na avaliação dos impactos ambientais, na identificação da vulnerabilidade socioambiental e na definição de estratégias de proteção e mitigação. Como mencionado por Furtado et al. (2018) e Silva et al. (2019), esse estudo permite estabelecer medidas preventivas e corretivas para minimizar os impactos adversos, especialmente em áreas vulneráveis e comunidades afetadas.

**Responsável:** Prefeitura.

**Exemplo:** Análise ambiental do terreno ADA (Área Diretamente Afetada) localizada na Região Administrativa do Guará – RA X, próxima à divisa desta RA com a Candangolândia - RA XIX e com o Núcleo Bandeirante – RA VII, I no qual houve reflorestamento com Pinus sp. e regeneração natural.



Figura 22 - Imagem esquemática da situação atual da ADA

Fonte: Estudo de viabilidade econômica

**Diretriz:** Análise do zoneamento das áreas conforme usos do terreno para ocupação.

**Descrição:** Sondar quais infraestruturas estão ao redor do terreno como meios de transporte públicos, mobiliários urbanos, comércios, órgãos públicos, hospitais, escolas e entre outros, para analisar como está o estado de manutenção deles para que os moradores possam usufruir com segurança e da melhor maneira possível os equipamentos e serviços públicos. Observar se há as principais infraestruturas de acordo com as necessidades da comunidade, oferecer novos equipamentos públicos que acrescentem socialmente e culturalmente para as pessoas e proporcionar possíveis empregos próximos da comunidade.

**Responsável:** Prefeitura, engenheiro, arquiteto e urbanista e sociedade civil.

**Exemplo:** Programa de Implantação de Equipamentos Públicos (PIEP) integrado ao Plano de Infraestrutura e Equipamentos Públicos Urbano e Rural de Joinville - PIEPUR.



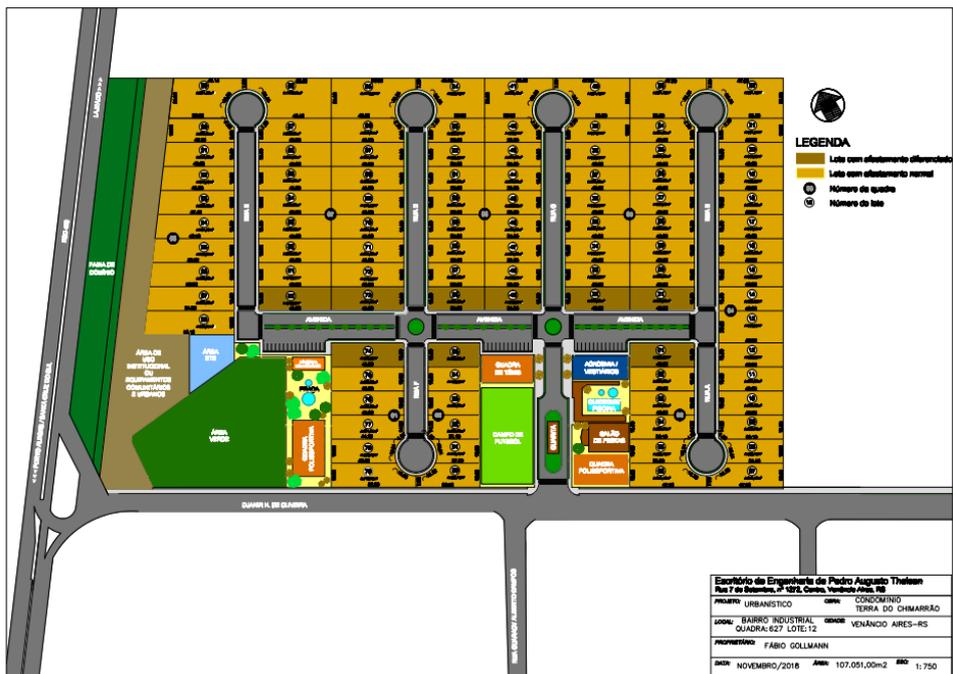


Figura 23 - Imagem ilustrativa do projeto urbanístico

Fonte: Estudo de viabilidade econômica e da implantação de condomínio horizontal de lotes para fins residenciais no Município de Venâncio Aires

### ETAPA 03: PARCELAMENTO

**Diretriz:** Definição das características conforme necessidades das famílias e desenho de vias.

**Descrição:** Compatibilizar os dados coletados em relação às características da comunidade e das respectivas famílias para que seja possível posteriormente distribuir os lotes que adequam melhor cada família e que habitarão o terreno. A definição das características do empreendimento urbano deve ser pautada pelas necessidades das famílias que irão habitar o terreno.

A coleta de dados detalhados, considerando as particularidades culturais e sociais, é essencial. Compatibilizar essas informações com as características da comunidade e do terreno permitirá distribuir os lotes de forma justa e transparente, atendendo às demandas individuais. A inclusão social, a acessibilidade e o diálogo com a comunidade são elementos-chave para criar um ambiente urbano humano e sustentável para que esteja em conformidade com os desenhos das vias, calçadas e demais infraestruturas para oferecer um urbanismo agradável e perceptível a todos.

**Responsável:** Prefeitura, engenheiro, arquiteto e urbanista e assistente social.

Exemplo: Projeto do arquiteto e urbanista Marco Antonio Suassuna Lima para o conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM) - João Pessoa em tentativa para minimizar o déficit habitacional do município.



Figura 24 - Esquema conceitual do projeto urbanístico

Fonte: Vitruvius

#### **ETAPA 04: IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

**Diretriz:** Soluções de conforto ambiental.

**Descrição:** Estruturação das estratégias que solucionem o conforto dentro das habitações e no exterior, propiciando bem-estar dos moradores. Nas residências há diversas possibilidades para melhorar a qualidade interna como brises, reorganizar a disposição dos ambientes em relação a ventilação e iluminação natural, jardim de inverno, paredes acústicas, vegetação, pé-direito duplo, cor das fachadas que absorvem menos calor, lanternins, clarabóias, átrios, sheds, telhado verde e diversas soluções existentes para solucionar em luminosidade, acústica, visual e térmico.

**Responsável:** Arquiteto.

**Exemplo:** O arquiteto Eduardo Pimentel Pizarro desenvolveu soluções para melhorar o conforto ambiental em favelas a partir de visitas realizadas na favela de Paraisópolis, em São Paulo.

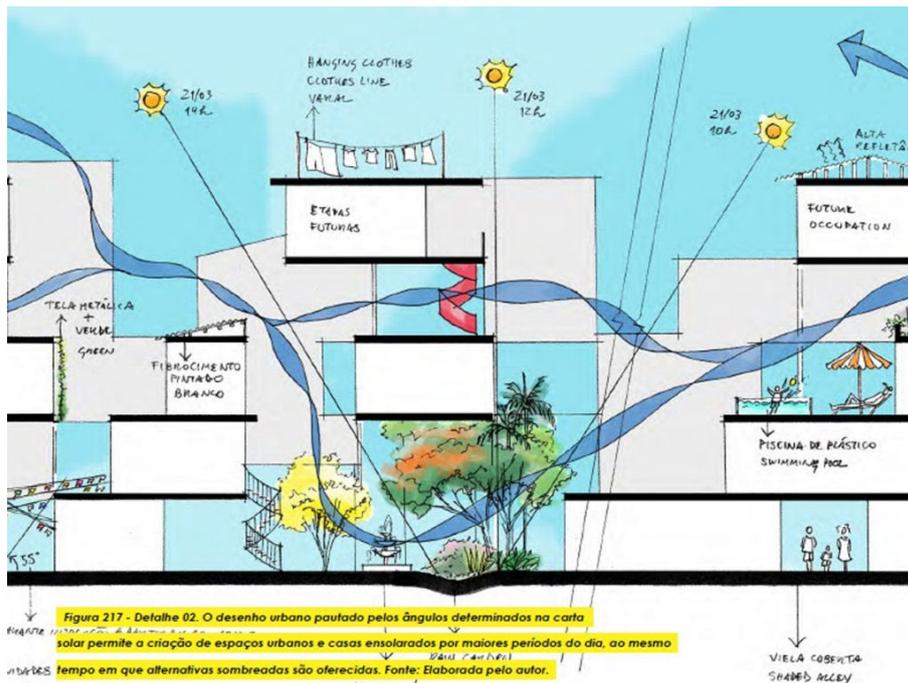


Figura 25 - Imagem ilustrativa do projeto urbanístico

Fonte: Interstícios e Interfaces urbanos como oportunidades latentes: o caso da favela de Paraisópolis, São Paulo

**Diretriz:** Realocação da família com seus pertences.

**Descrição:** Processo vital de realocação que deve ser realizado confortavelmente para que todos os envolvidos se adequem tanto no local temporário quanto no novo local definido sem que interfira na rotina de cada indivíduo e os afete internamente. Processo vital para receber confortavelmente e temporariamente os moradores antes da realocação.

**Responsável:** Prefeitura e sociedade civil.

**Exemplo:** Projeto de habitação emergencial provisório projetado pelo arquiteto Shigeru Ban. Inicialmente instalado em Kobe, Japão, o projeto foi posteriormente adaptado para famílias na Índia e na Turquia. As habitações são montadas com rapidez e sem necessidade de conhecimento técnico, formadas principalmente por madeira, lona e tubos de papel.



Figura 26 - Imagem do projeto Paper Log House em Kobe

Fonte: Shigeru Ban Architects

#### **ETAPA 05: ACOMPANHAMENTO**

**Diretriz:** Avaliação pós-ocupação

**Descrição:** Concluída a realocação das famílias para um ambiente seguro e próspero que seja o melhor local possível para a dinâmica de todos os moradores, é necessário o acompanhamento próximo e constante deles para se verificar se o pós-ocupação ocorreu de forma natural agregando na melhora da qualidade de vida individual e comunitária.

A avaliação pós-ocupação, realizada por uma equipe técnico-social, em reassentamentos de vulnerabilidade socioambiental é essencial para medir o impacto real nas comunidades reassentadas. Deve-se avaliar a qualidade das moradias, a adaptação das famílias ao novo ambiente, os impactos ambientais e a participação das comunidades. O objetivo é garantir o bem-estar e a segurança das famílias sustentadas, promovendo ajustes e melhorias nos projetos futuros.

**Responsável:** Prefeitura, psicólogo, assistente social e sociedade civil.

**Exemplo:** Análise comparativa entre a percepção dos moradores em relação ao acesso aos serviços e ao entorno das moradias do antigo endereço Vila Dique e do atual endereço Porto Novo.

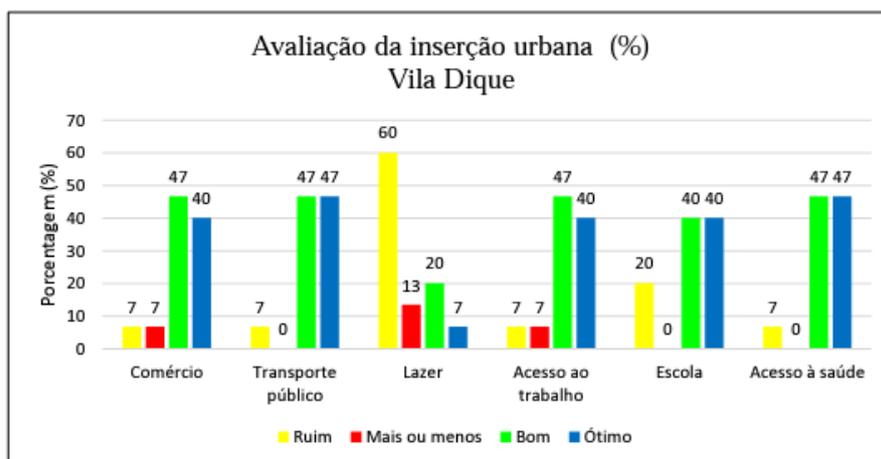


Figura 27 - Tabela comparando as avaliações dos usuários quanto a inserção urbana

Fonte: Análise da Pós-Ocupação em habitação de interesse social no Brasil

### 5.3.2. Aplicação das diretrizes em um Estudo de Caso

A aplicação das diretrizes destrinchadas anteriormente se dará no estudo de caso a respeito da comunidade do Morro do Sabão, comunidade que estava em situação de vulnerabilidade socioambiental e habitando de forma irregular um lote de preservação ambiental na região administrativa de Samambaia/DF e que possuía proximidade com instalações elétricas da região, agravando ainda mais os riscos à vida dos moradores.

A Comunidade do Morro do Sabão, localizada atualmente na quadra 209 do Sol Nascente, é um exemplo emblemático de vulnerabilidade socioambiental, onde a interação entre condições sociais e ambientais delicadas requer uma abordagem cuidadosa. Como destacado por Santos (2017), "a vulnerabilidade socioambiental envolve a exposição de determinados grupos a riscos ambientais, combinada com sua capacidade limitada de enfrentamento e recuperação". A história da comunidade está profundamente enraizada em uma luta constante contra desafios sociais e ambientais.

A ocupação inicial do bairro foi impulsionada por famílias em busca de melhores condições de vida, muitas vezes em condições precárias e em áreas de risco. Essa vulnerabilidade socioambiental é agravada pela falta de infraestrutura adequada, serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. A solidariedade e a união entre os moradores do Morro do Sabão são elementos fundamentais para enfrentar as adversidades socioambientais. A comunidade se apoia buscando soluções coletivas e fortalecendo os laços comunitários. Como mencionado por Souza (2018), "a resiliência e o espírito comunitário são mecanismos importantes para superar a vulnerabilidade socioambiental e promover o desenvolvimento sustentável".



Figura 28 - Mapa 28A – Uso do Solo

Fonte: Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal

A comunidade foi realocada para um novo endereço que, segundo o Governo do Distrito Federal e em parceria com a Codhab, foi considerado adequado para a implantação das famílias, sendo na ARIS SHSN - Setor Habitacional Sol Nascente, no trecho 2 e quadra 209. Esta ARIS foi fundada pela lei complementar Nº 785 de 14 de novembro de 2008 como também a incluiu na categoria de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), localidade que era ocupada por fazendas voltadas para a agropecuária. Entre 2007 e 2008, o Sol Nascente recebeu o Projeto Integrado de Regularização Fundiária das áreas ocupadas irregularmente pelos Parcelamentos Sol Nascente e Pôr do Sol no qual foi subsidiado pela EIA/RIMA - PROGEA e realizado pela empresa Saint Germain Consultores Associados, o projeto em questão incluía um estudo urbanístico, o plano de restrições, o cenário de desenvolvimento e o plano de desenvolvimento pactuado para a ARIS Sol Nascente.

Para otimizar e normalizar toda a ARIS enquanto ocorrem ocupações por todo o território do Distrito Federal, sua regularização se compôs em duas etapas, a primeira em relação a toda a área consolidada e a segunda etapa mais especificamente das quadras 105 e 209 por terem ficado a mais tempo desocupadas. Continuamente a respeito da construção da regularização da região, a norma previa a ocupação vertical em sobreposição à horizontal com o objetivo de evitar danos ao meio ambiente e propor ordenamento quanto às ocupações de diversas famílias.

Apesar de estar estabelecido na Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, LUOS, a definição dos espaços como RO 3, Inst. EP, CSIIR 1 NO e CSIIR 1. Lotes

separados para residencial, institucional e comercial, contudo, o que se encontra na quadra 209 são apenas residenciais, comércio criado pelos próprios moradores e há existência de grilagem nos loteamentos identificados como roxo na figura 22. Já os lotes em rosa na mesma figura são os espaços que deveriam configurar os comércios e uma instituição de ensino, porém estão inutilizados.

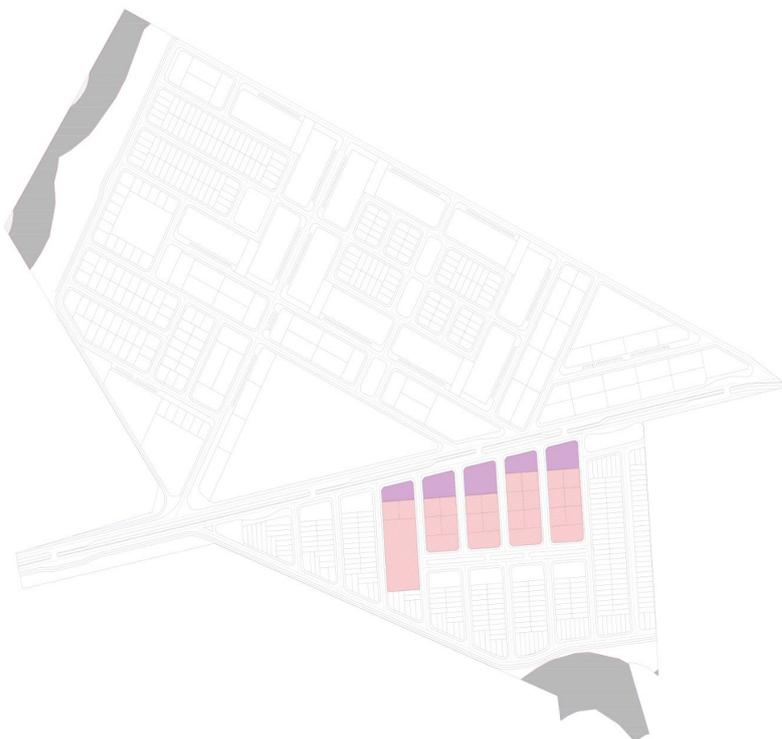


Figura 29 - Diagrama esquemático da atual ocupação dos espaços públicos

Fonte: Próprio autor

O decreto Nº 38.007, de 13 de fevereiro de 2017 fez a aprovação necessária para iniciar o projeto urbanístico de parcelamento da etapa 2 do trecho 2 da quadra 209 do Sol Nascente, região administrativa de Ceilândia - RA IX, regido pela URB-RP 031/16 e no memorial descritivo MDE-RP 031/16. Neste território destinado ao projeto urbanístico passaria um trecho da rodovia VC 311 que foi removido para que não interferisse na implantação da comunidade. No que se refere a questão ambiental, foi imposto o termo de compromisso ambiental Nº 100 entre o IBRAM ( Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal), a Codhab ( Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal) e a SINESP ( Secretaria de Estado e Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal ) com intuito de estipular a responsabilidades dos compromissados quanto a implantação e regularização atrelados ao meio ambiente, além de planejar, organizar e cumprir os itens necessários para a legalizar o parcelamento do solo. Ademais, há o contrato Nº 04/2017 que afirma credencia

pessoa jurídica ligada ao Cau ou ao CREA para realizar serviços temporários de reformas e de pequenos reparos em domicílios de áreas de HIS - Habitação de Interesse Social.

Segundo informações da própria gestão, a região iria receber infraestrutura básica como água, esgoto e pavimentação, além disso, os moradores receberam as documentações de regularização dos seus lotes. Em sequência, a ocupação passou pelas dez etapas oficiais da regularização sendo elas a documentação inicial, levantamento topográfico, consultas, estudo preliminar, licenciamento ambiental, apreciação do CONPLAN (Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal), aprovação do projeto urbanístico (URB/MDE), aprovação por decreto, procedimentos para registro cartorial e registro em cartório. Etapas burocráticas necessárias para a regularização da realocação das famílias, porém carece do processo antes - durante - após a realocação que fazem todo o acompanhamento da comunidade e a inclusão deles no processo para que fiquem a par do que está acontecendo com eles, dos seus direitos e respeito quanto a dignidade habitacional.

### *5.3.3. Revisão final das diretrizes após as entrevistas*

A intenção das diretrizes propostas é exemplificar como o processo de realocação da comunidade do Morro do Sabão poderia sair apenas do âmbito burocrático, que é de crucial importância para a legalização da ocupação e fortalecer os direitos à habitação e à cidade que os moradores possuem, e harmonizá-lo com o âmbito humanitário.

“Reconstruir a esperança das famílias em situação de vulnerabilidade requer ações solidárias e políticas públicas que assegurem não apenas um teto, mas alicerces sólidos para um futuro digno e próspero.” (PAULO FREIRE)

Visão em que é dificilmente levada em consideração nos processos de transferência das comunidades que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental ou até mesmo com riscos sérios de sofrerem desastres ambientais para um local legalizado, confortável, seguro e que possua infraestrutura básica de serviços para amparar as famílias diariamente. Cada etapa das diretrizes possui compromisso com diversas disciplinas para que o processo flua da melhor maneira possível.

Em análise do estudo de caso foi possível perceber como a maioria das diretrizes não foram consideradas do início até após a implantação da comunidade no local destinado no Sol Nascente. Portanto buscou-se esquematizar a situação em que se encontra atualmente a comunidade da quadra 209 para se entender o que deveria se tornar de acordo com o projeto de regularização em contrapartida com a maneira que foi implantada.

## SÍNTESE

Como é



Como deveria ser



Como pode ser



Figura 30 – Diagramação da síntese das possibilidades urbanísticas

Fonte: Autora, 2023

# DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS

Mapeamento socioeconômico e habitacional



Diagnóstico de aspectos socioculturais e de convivência comunitária

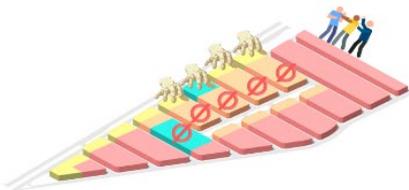


Figura 31 – Diagramação da diretriz Diagnóstico das demandas

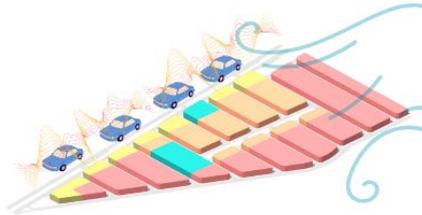
Fonte: Autora, 2023

# ANÁLISE DO TERRENO

Mapeamento e estudo de viabilidade dos possíveis lotes



Estudo ambiental do terreno



Análise do zoneamento das áreas conforme usos do terreno para ocupação



Definição final dos lotes



Figura 32 – Diagramação da diretriz Análise do terreno

Fonte: Autora, 2023

## PARCELAMENTO

Definição das características conforme necessidades das famílias e desenho de vias



Figura 33 – Diagramação da diretriz Parcelamento

Fonte: Autora, 2023

## IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Soluções de conforto ambiental



Realocação da família com seus pertences



Figura 34 – Diagramação da diretriz Implantação da edificação

Fonte: Autora, 2023

## DIAGNÓSTICO DE ACOMPANHAMENTO

Avaliação pós-ocupação



Figura 34 – Diagramação da diretriz Acompanhamento

Fonte: Autora, 2023

Apesar de ter sido entregue um local destinado para a realocação das famílias, deve-se pensar também na qualidade de vida de cada morador, ofertar espaços públicos de qualidade tanto de áreas verdes quanto de serviços e equipamentos para atender as necessidades cotidianas, não é apenas entregar um espaço e sim, proporcionar bem-estar, conforto termoacústico e facilitar deslocamentos desnecessários para serviços que podem e devem estar próximos. No geral, observa-se que foi um processo no qual a intenção maior era de retirada da comunidade de um local de preservação ambiental e oferecer o mínimo necessário sem muita despesa em detrimento da qualidade de vida das famílias e seu bem-estar.

## 6. PROPOSTA DE CARTILHA

A pesquisa em questão teve como objetivo principal apresentar um manual orientativo para implantação de reassentamentos no Distrito Federal, agregando os aspectos técnico e social, neste manual-base que será criado em linguagem acessível para atender a um público específico, seja ele a comunidade, os profissionais ou gestores públicos.

# MANUAL ORIENTATIVO



IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO DISTRITO  
FEDERAL: INTEGRAÇÃO ENTRE ASPECTOS  
TÉCNICO E SOCIAL



A visualização da diagramação da cartilha pode ser encontrada no Anexo 01, disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1Mzqb7aQ5JwpxLqrEZJaG65bwRxSLcc0f?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1Mzqb7aQ5JwpxLqrEZJaG65bwRxSLcc0f?usp=drive_link)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constante demanda de buscar soluções eficientes e humanizadas para o reassentamento de famílias em situação de vulnerabilidade é uma questão presente nas grandes cidades, e o Distrito Federal não é uma exceção. Ao longo desta pesquisa, foram abordadas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental, principalmente no momento de serem reassentadas. Aspectos técnicos como uma localização adequada atrelada a uma infraestrutura básica de qualidade com incentivo a sustentabilidade ambiental, são cruciais para o sucesso do reassentamento, elementos que estão a todo momento relacionados com questões sociais. Para tal, é fundamental a participação das

famílias no processo de planejamento e decisão para garantir que suas necessidades, desejos e identidades culturais sejam respeitados.

A pesquisa como um todo buscou ressaltar a importância de uma abordagem multidisciplinar para a implantação de reassentamentos tais como arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, engenheiros e diversos outros profissionais. Pois somente com a colaboração e sintonia entre todas essas áreas do conhecimento é possível criar soluções mais eficazes e inclusivas para as problemáticas.

Outro quesito relevante presente nesta pesquisa é a relevância de necessidade de políticas públicas mais efetivas e de longo prazo para promover inclusão social e territorial das populações reassentadas. Pode-se citar exemplos como oferta de transporte público adequado, espaços de lazer, programas de capacitação profissional e o acesso a serviços públicos, medidas que contribuem na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Por fim, espera-se que o desenvolvimento urbano seja sempre pautado pela empatia, respeito à diversidade e a busca por soluções que incentivem o bem-estar coletivo, uma responsabilidade compartilhada entre todos os autores envolvidos no processo.

## 8. REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. (coord.). **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional**. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

BRASIL. **LEI No 11.124, de 16 de junho de 2005**. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS / FNHIS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm). Acesso em: 23/03/2023.

BULLA, R. L.; LEONARDO, V. S. **Relações Intergovernamentais nas políticas públicas: uma abordagem do Trabalho Técnico Social**. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, n. 87, p. 1244 –, dezembro de 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de orientação técnico social**. [S.l.], 2013. Acesso em: 11/02/2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa Moradia Digna**. Manual de Instruções: Ação: Apoio à Melhoria Habitacional por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS. PPA 2020-2023. Brasília: MDR, 2020. Acesso em: 25/02/2023.

CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: **XV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2018. p. 1 – 19. Acesso em: 22/02/2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 a 2022**. Brasil, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução número 466/12 sobre pesquisas envolvendo seres humanos**, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 21/06/2023.

IAB - INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 2010. Acesso em: 07/04/2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Vulnerabilidade Social. IBGE, 2021. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa. (Org.). **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação**: abordagem qualitativa. Porto Alegre: SBC, 2021. (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 3. Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>. 03/08/2023.

LEONARDO, V. S. **Relações Intergovernamentais nas Políticas Públicas**: Um Abordagem do Trabalho Técnico Social: RAPHAEL L. BULLA. [S.l.], 2018. Acesso em: 03/02/2023.

LIBERATO, J. A. **Gestão Municipal de proteção e Defesa Civil**: orientações para decretação de calamidade e solicitação de recursos federais. Brasília, 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). **O Programa Casa Verde e Amarela**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>. Acesso em: 10/05/2022.

ONU-HABITAT. El derecho a una vivienda adecuada. [S.l.], 2010. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2016. Disponível em: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 15/02/2020.

ORNSTEIN, S. W. et al. **Avaliação Pós-Ocupação em Sistemas Construtivos Inovadores**: Considerações Finais. Avaliação de desempenho de tecnologias construtivas inovadoras: conforto ambiental, durabilidade e pós-ocupação, ANTAC, Porto Alegre, v. 11, p. 293 – 304, 2017. Acesso em: 12/05/2023.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR (UNMP). **Cartilha de autogestão em habitação**. São Paulo, 2019.